

O carisma acabou o GLOBO

PEDRO GOMES

Muitos contistas, e dos melhores, jamais conseguem escrever um romance. Em contrapartida, há romancistas incapazes de produzir histórias curtas. Pergunte a um médico oftalmologista a razão de sua febre e ele responderá que seu ramo é o da doença dos olhos, dentre as quais conhece na verdade uma ou duas. Tudo isso constitui uma questão de especialidade, de vocação inata ou adquirida, de talento específico.

Há homens públicos talhados para a Presidência da República, outros para a carreira parlamentar, a liderança partidária ou sindical. Repetese, aqui, o caso da vocação, da especialidade, de adequação, além de outras características peculiares da atividade política.

Luiz Inácio Lula da Silva tem feito uma notável carreira de líder sindical e partidário. Fundou um partido de rara organização, coerência e eficácia. Logrou conquistar para o PT expressões e militâncias de uma ampla variedade de segmentos sociais, onde entram trabalhadores, servidores e empregados públicos, professores, economistas, escritores, bancários, padres, jornalistas, artistas — enfim, uma salada operário-burguesa bem temperada como não se conhecia na história republicana.

Significam, entretanto, esses méritos que Lula deva chegar necessariamente, por cima de paus e pedras, à Presidência da República? Os horizontes de sua vocação e de sua inegável competência não estariam circunscritos aos limites da chefia sindical e partidária? A glória literária não é uma exclusividade dos romancistas. Os contistas têm a mesma chance.

— Serei um torneiro mecânico no Palácio do Planalto — passou a proclamar o candidato do PT, tripudiando sobre quantos lhe criticam a baixa escolaridade. Qual o sentido dessa declaração de pretensão humilde? As qualificações de um torneiro mecânico estão longe de justificar os objetivos de ascensão ao poder e a crença de uma missão histórica a cumprir em favor do Brasil e do seu povo. Lula poderia muito bem explicar seus designios presidenciais pela condição bem-sucedida de ativista político e de líder de partido. Esse é outro departamento, sem a eiva corporativista dos sindicatos.

Num cortejo de currículos profissionais, obviamente que mais se entende um sociólogo e professor universitário no comando do país. Não são portanto esses aspectos complementares que se acham em jogo. Em causa encontram-se os pressupostos naturais da formação do estatista. E não há dúvida de que Fernando Henrique, Orestes Quécia, Leonel Brizola e Esperidião Amin apresentam-se em vantagens sobre Lula quanto a esses requisitos, inclusive porque mais identificados com a cultura do acesso ao poder no Brasil e com as mudanças que os novos tempos vêm impondo ao conteúdo ideológico dos confrontos políticos. Os impulsos populistas e da esquerda tradicional

experimentaram uma perda substancial de motivação, alhures e aqui. E o próprio neoliberalismo, pós-Muro de Berlim, vive a sua crise de adaptação.

Tantas mudanças ocorreram que o candidato favorito nas prévias eleitorais é um político despojado de qualquer emblema carismático. Nada de apelos emocionais, de atitudes espetaculares, de paranormalidades e superpoderes, nada de murros na mesa, de arroubos salvacionistas e de transe de indignação. No programa eleitoral gratuito vimos o professor num exercício paciente de didática, e nunca um personagem espumante. Nem sequer se deu ao trabalho de rebater os ataques dos adversários, alguns cometidos abaixo do nível da cintura.

Para a consolidação democrática brasileira, o fim do carisma como força eleitoral representa um acontecimento auspicioso digno de foguetório. Um candidato ocupa folgada dianteira na corrida presidencial não porque haja empolgado o eleitor com encenações gestuais e verbais, senão porque formulou um plano de estabilização econômica que vem dando certo. Quer dizer, aproxima-se do mais alto cargo da República (e das respectivas dores de cabeça) pelos caminhos da racionalidade. E mais do que nunca o Brasil precisa ser racional. Uma estrutura democrática que se deseja consistente e programas exequíveis de desenvolvimento econômico e social têm que juntar as suas partes e egrenagens, funcionar articuladamente. É pouco eleger um presidente da República pelo voto direto, numa eleição extralimpa, tal como parece insuficiente apenas derubar a inflação. Uma boa governabilidade democrática requer maioria parlamentar sólida para dar respaldo ao programa do Governo, o que depende de negociações permanentes no Congresso. O Real — segundo o próprio Fernando Henrique insiste em alertar — condiciona-se a duas outras peças fundamentais: um plano de desenvolvimento e um plano social, tudo atrelado a um programa de reformas.

Exemplo de desvio de racionalidade é denunciar as eleições de 3 de outubro de viciadas e ilegítimas, transmitindo inclusive essas suspeições vazias ao conhecimento internacional. Aí a coisa até perde a graça. Um bilhete do ex-ministro Stepanenko ou uma frase infeliz do ex-ministro Ricupero, dita na intimidade, são alegações microscópicas para quem pretenda desfilar com o dinossauro da ilegitimidade no parque sereno das urnas. Ignora-se no mundo um caso de eleições das quais todos os concorrentes hajam saído vitoriosos. Aos perdedores cabe o direito da contestação e das impugnações, dentro dos prazos e ritos da legislação eleitoral, mas não podem imaginar que o destino lhes reservou, inexoravelmente, o lugar de supremos mandatários. Fatores lógicos e dados imponderáveis acabam formando uma combinação contra cujos resultados não valem as apelações da frustração puramente subjetiva do chamado *jus sperniandi*.

Pedro Gomes é jornalista.